



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008985-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Índice da URV Lei 8.880/1994**
 Requerente: **MARIA DE LOURDES RAVANELLI GONÇALVES SALVADOR**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Trata-se de ação em que a(s) parte(s) autora(s) **MARIA DE LOURDES RAVANELLI GONÇALVES SALVADOR** postula(m) o recálculo de seus vencimentos de acordo com a Lei nº 8.880/94, relativa à URV.

O réu foi citado e contestou.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, vez que a prova documental é suficiente para a controvérsia, não havendo necessidade de outras provas.

A prescrição do fundo de direito não ocorreu, pois “no reconhecimento de diferenças salariais decorrentes de errônea conversão da moeda em URV, a prescrição atinge apenas as parcelas anteriores aos cinco anos que antecederam a data do ajuizamento da ação, nos termos da Súmula/85 STJ” (STJ, AgRg no REsp 1357025/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 23/04/2013).

Quanto ao mérito, a pretensão não prospera.

Se é verdade que revelou-se ilegal a não utilização dos critérios do art. 22 da Lei nº 8.880/94 pelas pessoas jurídicas de direito público municipais e estaduais em relação aos vencimentos de seus servidores (STF, REExt 291.188/RN, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, 1ªT, j. 08/10/2002; STJ, REsp 1101726/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 3ªS, j. 13/05/2009), por outro lado da ilegalidade não resulta, necessariamente, o dano.

Os servidores públicos tinham direito à conversão na forma da lei federal mencionada, mas no processo judicial devem comprovar que a ausência de tal conversão, no seu caso específico, trouxe efetivo prejuízo, como exige o art. 333, I do CPC.

Tal como decidiu o STJ: “... o direito à referida conversão não conduz, por si só, ao reconhecimento de diferença a ser paga pelo ente federado, pois cabe ao servidor comprovar a ocorrência de efetivo prejuízo com a não-observância dos critérios de conversão da moeda determinados pela Lei n. 8.880/94” (AgRg no AREsp 25969/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, 1ªT, j. 10/04/2012).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O prejuízo não é automático, devendo ser comprovado, tanto que o STJ vem negando provimento a REspS interpostos contra acórdãos em que o prejuízo foi afastado pela corte de origem (vide AgRg no REsp 1270611/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ªT, j. 16/10/2012).

No caso em tela, a(s) parte(s) autora(s) não comprovou(aram) o efetivo prejuízo, expressamente impugnado em contestação e, em consequência, tornado controvertido.

Aliás, na contestação e em seu documentos verificamos que a parte ré trouxe demonstração e comprovação de que com leis editadas logo após a vigência do Plano Real, reajustes foram concedidos a diversas categorias profissionais, e cálculos foram implementados, de modo a impedir o prejuízo remuneratórios em discussão no processo. Se não bastasse, no caso da parte autora, a Lei Estadual nº 836/1997 promoveu alteração no sistema remuneratório da categoria profissional, com mudança no padrão sinalizando para a recomposição (à época) ou absorção do prejuízo. Houve aumentos salariais que compensaram as perdas decorrentes da ausência de conversão monetária na forma da lei federal. Tais aumentos salariais tiveram, portanto, o condão de obstar a consumação do dano.

De qualquer maneira, a(s) parte(s) autora(s) não se desincumbiu(ram) de seu ônus probatório.

Nesse sentido, o E. TJSP em diversos julgados:

“SERVIDOR ESTADUAL. CF, art. 25 e 37, X. LF nº 8.880/94, art. 22. Plano Real. URV. Conversão. 1. URV. Prova do prejuízo. O Estado concedeu reajustes mensais aos servidores nos meses que antecederam à introdução da URV. Assim, ainda que a conversão não tenha sido feita, os servidores têm direito tão somente à diferença entre a remuneração que deveriam ter recebido se feita a conversão e aquela que lhes foi paga; pois não podem somar a variação da URV aos reajustes mensais concedidos. A diferença depende, ainda, de que fossem servidores naqueles meses e de continuarem a ocupar o cargo que então ocupavam, pois assente na jurisprudência desta Corte que a posse em novo cargo acarreta o pagamento dos vencimentos dele, sem a continuidade do pagamento do que não receberam no cargo anterior. O pedido é condenatório, não declaratório; de modo que cabe aos autores a demonstração da existência de diferenças não prescritas. 2. Reajustes posteriores. A URV foi o mecanismo encontrado pelo governo para devolver ao povo a noção de valor; foi um mecanismo de reajuste automático, inexistindo diferença de natureza entre ela e os demais reajustes concedidos antes ou depois. Não há fundamento para a sempre repetida afirmação nas decisões do STJ e mais recentemente do STF, nunca bem explicada, de que a URV tem natureza diversa dos reajustes da moeda ou de salários. Incompreensão das Cortes Superiores, ademais, da dinâmica que rege a revisão salarial no serviço público. Observação suplementar, pois o pedido não foi indeferido por causa da compensação, mas porque cabia ao autor demonstrar a existência das diferenças que está cobrando, ante a variação salarial no período. Acórdão que não descumpra a orientação do STJ no REsp. nº 1.101.726-SP” (Ap. 0617181-25.2008.8.26.0053, Rel. Torres de Carvalho, 10ª Câmara de Direito Público, j. 22/07/2013)

“PRESCRIÇÃO. Inocorrência. Obrigação de trato sucessivo e continuado, sobre a qual não incide a prescrição de fundo de direito, restando prescritas apenas as diferenças anteriores ao quinquênio anterior ao ajuizamento da ação. Inteligência

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

das Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF. Prejudicial de mérito afastada. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Pretensão de recálculo dos vencimentos, de acordo com a lei nº 8.880/94, relativa à URV. Diferenças de vencimentos em face da conversão da moeda. Competência legislativa privativa da União. Aplicação compulsória aos Estados e Municípios. Observância do art. 22, VI, da Constituição Federal. Precedente do STF. Estado que, no entanto, concedeu reposições salariais, que equivale aos benefícios que os funcionários teriam conquistado com a conversão dos ganhos em URV, segundo a metodologia da legislação federal. Ausência de prejuízo; precedentes do STJ. Sentença de improcedência mantida, embora alterada parcialmente a fundamentação. Recurso improvido.” (Ap. 0026166-90.2012.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 16/07/2013)

“APELAÇÃO. Ação de cobrança. Servidor Público Estadual. Recálculo de vencimentos. Conversão em URV (Lei Federal nº 8.880/1994). Extinção do processo em razão do reconhecimento da prescrição do fundo de direito. Inocorrência. Reforma da sentença que se impõe. Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 85. Aplicação do artigo 515, §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil. Pedido inicial improcedente, contudo. Compensação com outros reajustes. Inocorrência. Aplicação, pela Administração, de regras mais favoráveis aos servidores, a superar a referida conversão. Ausência de comprovação de efetivo prejuízo. Recurso a que se nega provimento, ainda que por fundamentos diversos daquele lançado na sentença.” (Ap. 0014293-93.2011.8.26.0032, Rel. Maria Olívia Alves, 6ª Câmara de Direito Público, j. 18/03/2013)

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e **CONDENO** a parte autora em honorários que arbitro, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada eventual gratuidade.

P.R.I.

São Carlos, 27 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**